

EDUCAÇÃO E ENVELHECIMENTO: LIMITES E DESAFIOS

Elione Maria Nogueira Diógenes

Universidade Federal de Alagoas - Email: elionend@uol.com.br

Resumo: Este artigo trata da temática sobre educação e sua relação com a arte de envelhecer com qualidade de vida. É sabido que quanto mais uma sociedade é avançada em termos de educação mais sua população possui uma qualidade de vida significativa em termos de benefícios tanto sociais quanto pessoais. O Índice de Desenvolvimento Humano coloca três indicadores como: a) longevidade (uma vida longa e saudável), b) o acesso ao conhecimento (educação) e, c) o padrão de vida (renda). Em nosso caso, apesar de considerarmos o terceiro item importantíssimo, vamos nos deter nos dois primeiros: longevidade e educação. Portanto, queremos, com este artigo mostrar a importância da educação permanente para um envelhecimento consciente e sadio, em que as pessoas tenham condições de se prepararem para a arte de envelhecer de forma digna e saudável. Trabalhamos com uma metodologia qualitativa e com narrativas de vida. Entrevistamos pessoas idosas com um nível de escolaridade de educação básica e as que não se enquadram neste nível, ou seja, são destituídas de educação escolarizada. Chegamos à conclusão que as pessoas idosas com um nível de educação escolarizada são mais conscientes de seus direitos e são mais felizes nessa fase tão relevante da vida.

Palavras-chave: Educação; Envelhecimento; Desafios.

1 Introdução

Esses moços, pobres moços/Ah! Se soubessem o que eu sei/Não amavam, não passavam/Aquilo que já passei/Por meus olhos, por meus sonhos/Por meu sangue, tudo enfim/É que peço/A esses moços...que acreditem em mim... (...)¹.

Quando lemos a letra desta música ficamos a imaginar o quanto está “escondido” nas entrelinhas da mesma. O autor da música busca um diálogo com os mais jovens e para tanto utiliza sua forma vivencial para despertá-los para um mundo em que a força da vivência é preponderante.

Assim, este artigo trata de uma temática cada vez mais atual: a questão da educação e da necessidade da mesma para mediar a relação do ser humano com o envelhecimento (BARCIA,

¹ Letra e música de Lupicínio Rodrigues. Disponível em <<https://www.lettras.mus.br>>. Acesso em 4 de abril de 2016.

1982; BOTH, 2003). Neste sentido, o envelhecimento é multicultural e necessita de um processo de aprendizagem interminável, em que se alargam os horizontes das pessoas que se localizam nessa faixa etária. Nisto é comparável à Paideia socrática (JAEGER, 2010), pois esta coloca a dialética e o movimento em espiral como ações preponderantes nesse contexto de transformação humana geracional.

Gabriel Garcia Márquez² afirmou que “A velhice não é outra coisa além de um pacto honrado com a solidão.” (MÁRQUEZ, 2008, p. 58). No mesmo livro: “Cem anos de solidão” publicado em 1967, o autor escreve sobre Úrsula Iguarán, mulher de Arcádio Buendia, uma das personagens centrais da trama: “Embora fosse centenária e estivesse quase cega por causa da catarata, conservava intactos o dinamismo físico, a integridade do caráter e o equilíbrio mental.” (MÁRQUEZ, 2008, p. 184). Apesar da força semântica e conotativa da primeira frase, contestamos a ideia central da mesma, pois coloca a velhice como uma fase da vida anulada diante das demais que devem ser vividas em profunda sociabilidade. Preferimos a segunda, pois demonstra que a velhice não é a idade da decadência, mas que o sujeito ao se encontrar nessa fase pode continuar como uma pessoa ativa e plenamente inserida no contexto em que vive de forma ativa.

Por esta razão, defendemos que as pessoas inseridas na fase cognominada “velhice”, “terceira idade” ou “melhor idade” devem viver em contato permanente com as demais gerações, isto é, possível, principalmente, por meio da educação. Esta pode diminuir o fosso entre as gerações e permitir uma relação intergeracional para além do mero “suportar” a presença das pessoas que já atravessaram o “cabo da boa esperança”.

A educação é a atividade mais antiga da terra, não existe sociedade sem educação. Quanto mais educada uma sociedade mais consciente de seus direitos e deveres. Em tal sentido, a educação tem-se tornado uma “peça-chave” imprescindível no processo civilizatório e no campo das relações sociais e afetivas. Brandão (1981) reflete que a educação é algo onipresente, isto é, não há um momento específico para se educar alguém, sempre estamos educando e sendo educados ou educadas. Freire (2011) reflete sobre uma educação para além do trabalho, isto é, para a vida.

Há várias formas de se educar: em casa, na rua, no trabalho, na igreja e nas escolas. É esta que nos interessa mais diretamente articulando com a questão do envelhecimento. Brandão (1981) discute o conceito de “endoculturação”, isto é, um processo em que as pessoas através da educação tornam-se pessoas e se relacionam dialogicamente independente da faixa etária em que se

² Foi um dos maiores escritores dos últimos tempos. Nascimento: 6 de março de 1927, Aracataca, Colômbia. Falecimento: 17 de abril de 2014, Cidade do México, México.

encontram. Na Grécia antiga, as relações interpessoais davam o “tom” da educação que se tornou uma questão de Estado (JAEGGER, 2010). E nesta seara tem-se bastante difundida a educação enquanto mediação não só para a ascensão social, mas, para uma vida melhor.

Em tal sentido, é importante recuperar a ideia de educação como formação holística em que a comunidade global é composta por pessoas de toda idade. Não somente educar as crianças e os (as) adolescentes, mas os (as) adultos (as) e os “idosos (as)” para que assim se possa contribuir com a melhoria da qualidade desses (as) últimos (as). Além do mais, é preciso levar em conta que a sociedade tem uma dívida impagável com esse corte geracional, tendo em vista que muitas pessoas são obrigadas a trabalharem desde cedo, perdendo assim o direito à educação, da maneira como está prescrito na Constituição Federal de 1988, no seu Art. 205.

Com este trabalho, procuramos despertar a sociedade para a necessidade de se pensar uma educação permanente que possa orientar todo e qualquer ser humano para se constituir enquanto pessoa plena e feliz, consciente dos seus direitos e deveres. Isto é, educar para a cidadania. Garantir a educação para a população na faixa etária conhecida como “terceira idade” é uma ação premente.

Para tanto, entrevistamos dez pessoas que se encontram nesse corte geracional e, aqui, expomos os achados da pesquisa. O que mais nos impressionou foi a consciência que essas pessoas têm de seus direitos, mas, não tem como lutar para garantir seus direitos. Para nós, só é possível viver e respeitar as diferenças se aceitarmos que o diálogo mediado pela educação é o melhor caminho para interrelacionar horizontes culturais e aumentar nossa identificação intergeracional.

Assim, nosso trabalho procura demonstrar a necessidade da educação permanente, isto é, para a vida toda. Com isso, temos uma educação voltada para a velhice. Na sociedade brasileira, a inserção da educação nessa fase da vida é ainda um desafio grande. Em verdade, há limites e neles se fazem urgentes ações educativas voltadas para a faixa etária que está envelhecendo.

O Plano Nacional de Educação 2014-2024 (PNE) aprovado em 25 de junho de 2014, prescreve em seu Art. 214, inciso II) a universalização do atendimento escolar. Entendemos por “universalização” uma estratégia educacional que abrange de forma global todas as faixas etárias do desenvolvimento humano, dentre elas, a denominada “melhor idade”. O Estatuto do Idoso (2014) reconhece que essa fase é muito importante e que são necessárias políticas públicas voltadas para essa população. Por sua vez, no Art. 2º, inciso X do PNE está posto que deverá haver no processo educativo a “promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.” (TANNO, 2014).

A sociedade em geral, com maior particularidade, as escolas e as Universidades precisam

enfrentar esse desafio. Não é justo que os (as) idosos (as) fiquem isolados (as) em suas casas, apartamentos ou casas de repouso esperando pela morte. Tanto quanto a infância, a adolescência e a maturidade; a velhice precisa ser compreendida como uma das fases relevantes da vida humana em sociedade. É mais do que necessário implantar políticas públicas de caráter educacional voltadas para essa faixa etária, trata-se não apenas de formar cuidadores das pessoas que estão nesse corte geracional, sobretudo, de formar pedagogos e outros profissionais da área no sentido de que se qualifiquem para cuidar dessa parcela da população que já contribuiu tanto com o desenvolvimento cultural, social, econômico, político e afetivo da sociedade como tal.

Há uma coisa certa no mundo contemporâneo: a longevidade. Este fenômeno tem suscitado um interesse considerável de vários pesquisadores buscando compreender as especificidades e as subjetividades próprias dessa fase. Com razão, o recrudescimento da população idosa tem obrigado a sociedade a redimensionar as determinações históricas, sociais, políticas, econômicas, culturais e educacionais. Esta última dimensão é a que nos interessa porque contribui diretamente com a qualidade de vida dos (as) idosos (as).

Uma vida longa vivida com dignidade e cidadania plena constitui-se em um momento rico de superação em que o imaginário social negativista em torno da velhice é substituído por um novo pensamento, a saber: o envelhecimento ativo e dinâmico. Nisto, o (a) idoso (a) passa a ser reconhecido como sujeito de direitos. Ser sujeito de direitos significa entre outras coisas tornar o (a) idoso (a) capaz de recuperar sua própria história de vida com dignidade, soberania, autonomia, esperança e alegria, muita alegria. Ele (a) tem o sagrado direito de interferir no mundo de forma propositiva. Infelizmente, é preciso vencer muitos obstáculos, pois é visto (a) de forma preconceituosa na família e na sociedade, que acaba enclausurando sua existência entre quatro paredes.

2 Metodologia

Neste trabalho nos dedicamos a um procedimento metodológico que privilegiou a história de vida dos (as) entrevistados (as). Como história de vida, compreendemos uma via metodológica que enfatiza as narrativas multidisciplinares dando suporte para que os (as) mesmos (as) possam relatar suas experiências.

Schons e Palma (2000), Paro (2001), Vasconcelos (1994) e Vygotsky (1989) compreendem que a dialética é uma via metodológica importante porque pressupõe o diálogo. Nisto, facilita o

processo reflexivo sobre a participação das pessoas idosas no campo educacional. Entretanto, os desafios que se colocam para os dias de hoje são muitos.

Conversamos com dez pessoas idosas entre os sessenta e os oitenta anos. Dessas pessoas, 7 eram do sexo feminino, e 3 do masculino. Das sete pessoas do sexo feminino, apenas duas tinham a escolarização básica completa; as outras eram analfabetas. Economicamente, as duas pessoas com escolarização básica tinham uma qualidade de vida melhor que as demais. Entendemos por “qualidade de vida” uma condição existencial em que as pessoas têm garantidas os direitos básicos da vida como saúde, moradia digna, convivência familiar e afetiva; além de que economicamente conseguem suprir suas necessidades básicas.

Em contraposição a essas pessoas, as demais tinham condições de vida precarizadas. Moradias sem qualquer conforto. Suas residências ficavam em bairros de periferia e não tinham assistência médica. As famílias eram desestruturadas e não davam atenção a essas pessoas que praticamente não tinham uma vida dinâmica. Muitas delas encerravam-se dentro de seus “quartos” e saíam pouco, segundo relatos para “não atrapalhar”. Em relação aos homens, a realidade era um pouco diferente. Dos três entrevistados, somente um tinha o ensino fundamental e lia com certa fluidez. Dois eram analfabetos. E a realidade acabava se repetindo quando comparada à realidade feminina: os analfabetos viviam de forma bastante precarizada. No próximo tópico, problematizamos as entrevistas e realizamos as análises necessárias à compreensão de nossa temática.

3 Resultados e Discussão

Sabemos que não existe situação social neutra. O fato das pessoas que se encontram na faixa etária considerada “idosas” indica que a sociedade determina um lugar para tais pessoas. Não há como atentar para a relação “pessoas idosas” e “produtividade na sociedade capitalista”. Apesar dessas pessoas, em sua grande maioria, terem contribuído toda a sua vida com o sistema de proteção social, isto é, a seguridade social; o certo é que o retorno desse sistema é muito irrelevante em se tratando das necessidades básicas dessas pessoas.

É importante observar o depoimento da idosa “Y”:

Minha filha, passei a vida toda trabalhando. Desde os dez anos que trabalho em casa de família, só agora que fiquei velha é que consegui um pouco de descanso. Mas, mesmo em casa preciso trabalhar. Minha aposentadoria é para todo mundo daqui de casa. O dinheirinho que recebo não dá para nada, nem para os remédios. O SUS não atende quando preciso. Sei que não estudei e

acho que por isso sofro muito. Mas o que posso fazer? Só queria uma morte decente.

Pela fala da idosa “Y” é possível perceber o quanto essa fase tem sido de sofrimento. Constatamos que a mesma tem uma vida bastante triste. Isolamento. Necessidade. Consciência de que se tivesse “estudado” a vida dela era melhor. Observamos que na casa em que mora, seus familiares pouco lhes dão atenção e pouco contato afetivo têm com a mesma. Em verdade, “suportam-na” pelo simples fato de precisam da “aposentadoria” dela.

Isto é, de fato, uma dura realidade. Até mesmo o básico, ou seja, o cuidado com a higiene da idosa não havia. Seus familiares também não estudavam. Habitavam uma zona periférica da cidade e não tinham trabalho; mesmo, viviam de um subtrabalho, qual seja: venda de bugigangas no centro da cidade. A renda da família era mínima porque seus membros não tinham oportunidade de exercer um bom emprego, que oferecesse uma condição de vida melhor, assim, tornavam invisível a vida da idosa que tinham em casa.

Mas, quando analisamos esta fala da idosa “U” não distinguimos muitas mudanças:

Olha, a única coisa que eu sei é que eu devia ter estudado para ter uma vida melhor. Hoje, só tem miséria. Quando eu era jovem tinha força para trabalhar, mas eu vim da roça. Não estudei. Fui trabalhar em casa de família e só saí, depois que não prestava para mais nada. Moça, é uma desgraça. Ainda bem que a minha filha estudou um pouco. Sabe ao menos assinar o nome. E assim está trabalhando, mas eu mesmo não tenho coisa boa para falar (choro).

Ficamos profundamente abaladas com a confissão da idosa “U”, pois a mesma deixou transparecer uma vida de necessidades e sofrimentos desde a mais tenra idade. Refletimos o quão, essas pessoas estão à deriva, entregues à própria sorte. Buscamos a razão de tanta negligência. A única razão que nos veio à mente relaciona-se com a extrema desigualdade social que insiste em dar o formato da ordem social neste país.

O Brasil é um país em que a classe trabalhadora vive uma subcidadania, isto é, os mínimos direitos sociais não são garantidos. Trabalham como escravos e quando chegam a hora de o Estado elaborar políticas públicas para essa faixa etária que a valorize, não as temos. Políticas públicas voltadas para os (as) nossos (as) idosos (as) que, sejam, acima de tudo, educativas. Assim, a educação se torna um campo de mediação para melhorar a qualidade de vida dessas pessoas (AZEVEDO, 2004).

Sabemos que a educação não é neutra, e como tal, é preciso compreendê-la no processo de ação-reflexão-ação. As políticas públicas voltadas para essa faixa etária têm que considerar suas especificidades. A educação para a “terceira idade” é um processo permanente. Educação para a

vida toda. O envelhecimento é um ato divino. Digno. Sinal de sapiência e de experiência. Um projeto de educação voltado para o envelhecimento digno necessita atender aspectos importantes dessa fase da vida. Enfim, deve ser uma educação libertadora e emancipatória e deve envolver não somente conteúdos, sobretudo deve enfatizar a qualidade de vida. Este é um critério relevante que caminha em uma perspectiva de desenvolver a consciência crítica dos estudantes e, sobretudo usar a avaliação como elemento questionador do trabalho realizado. Desvelar a realidade dessas pessoas foi muito importante para nós. Ficou a triste decepção quanto a uma sociedade que ainda não despertou para o fato de que temos uma dívida histórica para com essas pessoas. Não se trata de infantilizar a velhice, trata-se de enaltece-la e fazer isto é implantar políticas públicas de proteção e valorização às pessoas que se encontram nessa faixa etária. Com a educação podemos fazer isto.

4 Conclusão

As entrevistas e as visitas realizadas às casas dos (as) idosos (as) sujeitos da pesquisa mostrou-nos várias realidades e levou-nos a muitas constatações, a saber:

- 1- É preciso um compromisso político do Estado para elaboração e implantação de políticas públicas para a população que se encontra nesse corte educacional de vida;
- 2- É necessário que se façam pesquisas nessa área para se obter cada vez mais um conhecimento apropriado das especificidade e particularidades dessa faixa etária;
- 3- É urgente a criação de um programa educacional voltado particularmente para essa faixa etária, com foco em seus interesses existenciais;
- 4- É preciso assegurar de forma qualitativa uma integração dessa população no meio societal em que vivemos;
- 5- Essas pessoas precisam ser respeitadas e seus direitos devem serem garantidos através de uma política de Estado que torne permanente suas conquistas sociais, dentre elas o direito à educação para a vida;
- 6- É necessário a garantia dos direitos humanos e das liberdades fundamentais dessas pessoas que se encontram nesse corte geracional;
- 7- É premente desmistificar a ideia de que essas pessoas não têm mais direito a conviverem de forma sadia na sociedade;
- 8- É preciso considerar tanto os limites quanto os desafios para garantir uma qualidade de vida para as pessoas que adentram o mundo em envelhecimento;

9- É de suma relevância compreender que os (as) idosos (as) não se constituem como um todo homogêneo. Muito ao contrário: são seres diferentes e assim devem ser respeitados.

Por fim, a relação entre educação e velhice deve ser ativa. Em outras palavras: a educação deve favorecer um espaço de respeito mútuo entre os que atuam na área e as pessoas nessa faixa etária. Assegurar as pessoas uma vida mais saudável, plena de oportunidades inovadoras e que incentivem o envelhecimento ativo. Educar para o envelhecimento é educar para uma nova vida que deve ser vivida de forma plena porque é especialmente importante na promoção dos direitos humanos dos (as) mais velhos (as).

Ao dar voz às pessoas idosas e ao exercitar a arte da escuta, foi possível percebermos que as mesmas anseiam por uma mudança de tratamento na família em que vivem assim como na sociedade que tanto ajudaram a construir. As pessoas entrevistadas reiteram a necessidade de que o Estado invista em educação para que assim as mesmas possam ter uma melhoria na qualidade de vida. Finalmente, nas falas foi possível detectar um anseio: essas pessoas querem se manterem ativas e respeitadas em todos os espaços e territórios da ação humana.

Através da educação cria-se uma cultura valorativa do envelhecimento alicerçada nos direitos humanos, com incentiva-se uma transformação no campo dos paradigmas e consequentemente os comportamentos individuais e sociais podem sofrer modificações. Afinal, a sociedade é uma devedora eterna das pessoas idosas. Nada mais justo pagar essa dívida, garantindo políticas públicas de educação que as ensinem a viverem melhor. O que é viver melhor? É ter o direito humano sagrado de viver com dignidade. É só o que as pessoas idosas desejam: vida plena em abundância e com muito amor, respeito, educação e uma boa qualidade de vida. Isto, a educação pode ajudar a construir.

5 Referências

AZEVEDO, Janete Maria. Lins. **A educação como política pública**. 3. ed., Campinas, Autores Associados, 2004.

BARCIA, Mary. **Educação Permanente no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1982.

BOTH, Agostinho et all. **Envelhecimento Humano: múltiplos olhares**. Passo Fundo, UPF, 2003.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação?**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso)**. Disponível em:

www.planalto.gov.br/civil_03/Leis/2003/L10.741.htm. Acesso em: 04.04.2016.

_____. BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (2014-2024) e dá outras providências**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm. Acesso em 22 de maio de 2016.

_____. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994**. 35. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 36.ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 43. ed., São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GADOTTI, Moacir. Lições de Freire. **Revista da Faculdade de Educação**. São Paulo, vol. 23 n. 1-2/Jan./Dez. 1997.

JAEGER, Werner. **Paideia**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

MÁRQUEZ, Gabriel Garcia. **Cem anos de solidão**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

RODRIGUES, Lupicínio. **Esses moços**. Disponível em <https://www.letras.mus.br>. Acesso em 5 de abril de 2016.

SCHONS, Carme Regina; PALMA, Lucia Terezinha Saccomori. **Conversando com Nara Costa Rodrigues sobre gerontologia social**. 2. ed., Passo Fundo, UPF, 2000.

TANNO, Claudio Riyudi. **PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2014-2024: PENDÊNCIAS LEGAIS PARA O CUMPRIMENTO DE SUAS METAS**. BRASIL: Câmara dos Deputados, 2014.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública: Participação da comunidade na gestão democrática da escola pública**. (Coleção Educação em Ação). São Paulo: Ática, 2001.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Avaliação: concepção dialética - libertadora do processo de avaliação escolar**. São Paulo: Libertad, 1994.

VYGOTSKY, Leon. **A formação social da mente: Interação entre aprendizado e desenvolvimento**. São Paulo: Editora Ltda. Martins Fontes, 1989.

